



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ÉRIKA FERREIRA FERREIRA

**O DESAFIO DA INCLUSÃO DE ALUNOS NOS INTERIORES DO
BRASIL: um estudo sobre a importância de instituições voltadas
para pessoas com deficiências no município de Abaetetuba-PA**

**ABAETETUBA - PA
2019**

ÉRIKA FERREIRA FERREIRA

O DESAFIO DA INCLUSÃO DE ALUNOS NOS INTERIORES DO BRASIL: um estudo sobre a importância de instituições voltadas para pessoas com deficiências no município de Abaetetuba-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará _ UFPA, sob a orientação do Prof.º Dra. Bruno dos Santos, sendo este pré-requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

**ABAETETUBA - PA
2019**

ÉRIKA FERREIRA FERREIRA

O DESAFIO DA INCLUSÃO DE ALUNOS NOS INTERIORES DO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE INSTITUIÇÕES VOLTADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará _ UFPA, sob a orientação do Prof.º Dra. Bruno dos Santos, sendo este pré-requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Abaetetuba - Pará, -- de -- de 2019

CONCEITO:

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Membro da banca

Membro da banca

**ABAETETUBA - PA
2019**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me dar forças e me conduzir nessa pesquisa, diante de tantos obstáculos que surgiram pessoais e acadêmicos hoje com muita gratidão comemoro o resultado de todo esse esforço.

Agradeço a minha família que sempre me incentivou a lutar por esse sonho e em especial aos meus pais Raimundo Ferreira e Edna Ferreira, que foram minha base e alicerce pra chegar até aqui me deram ensinamentos e exemplos de como não desistir e lutar incansavelmente, nada disso seria possível sem o apoio e dedicação de vocês comigo, como filha o meu respeito e plena gratidão

Ao meu filho Davi Alexandre que foi minha fonte de inspiração nessa pesquisa, a maior razão pela qual escolhi a Pedagogia e sou grata pelo o que me tornei por você. A minha irmã Joice que foi meu braço direito me deu toda ajuda e suporte necessário.

Aos meus primos que foram meus amigos além do laço de sangue Beatriz e Marcos foram apoio e incentivo em busca desse sonho.

A um amigo muito especial que se dedicou a mim e me apoiou até os últimos instantes. A minha gratidão por todo incentivo que me deu.

A meu orientador professor Dr. Bruno Santos por todo suporte e tempo dedicado por essa pesquisa pela paciência e busca incansável pelo êxito nos resultados junto a mim, por todo incentivo e tranquilidade que me repassou.

Aos meus amigos de curso de Pedagogia 2015 em especial a minha equipe "TAITEE", Ataíze, Ediane , Isane, Taynara e Thiago que foram de total importância pra que eu chegasse até aqui por todo companheirismo e lealdade a nossa amizade e por serem como irmãos de coração que a instituição me deu e por nunca soltarem as minhas mãos nos momentos mais difíceis.

Enfim agradeço a todos que me ajudaram diretamente e indiretamente nessa jornada, todos sabem da luta e esforço que tive pra chegar até aqui quando por inúmeras vezes pensei em desistir e todos me ajudaram a perseverar e hoje venci o resultado de toda luta está aqui.

O DESAFIO DA INCLUSÃO DE ALUNOS NOS INTERIORES DO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE INSTITUIÇÕES VOLTADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma investigação que buscou analisar a maneira como vem ocorrendo o processo de inclusão de alunos com deficiências nas escolas do interior do Brasil, no município de Abaetetuba/PA. O estudo utilizou o método descritivo com base em análises qualitativas e quantitativas a respeito de como as escolas estão desenvolvendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência. O estudo também buscou investigar a atividade das instituições especializadas não públicas, principalmente indagando os motivos que levam os pais a optarem pelo atendimento dos seus filhos nestas unidades. O estudo se concretizou a partir de análises bibliográficas e também com a utilização de uma investigação prática feita por meio da aplicação de questionários a pais de alunos deficientes e, que frequentam a rede regular. A necessidade dessa investigação surgiu a princípio pela intenção de observar a fundo o que atualmente as escolas entendem enquanto inclusão. Os alunos com deficiência são sujeitos expostos e que costumam estar a margem deste processo. Desse modo, ao final da pesquisa descreveu-se acerca da qualidade do processo escolar oferecido a estes alunos, da mesma forma como também a respeito das políticas públicas adotadas pelo município, e que necessitam estarem sendo revistas. Dentre o que podemos afirmar, é preciso repensar alguns conceitos, rever algumas ações e reforçar o planejamento no sentido de subsidiar o trabalho em prol de melhorias.

Palavras-Chaves: Inclusão. Educação Especial. Educação Inclusiva. Atendimento Especializado. Políticas Públicas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. CAPÍTULO 1 – A evolução histórica e política do processo de inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar	9
2.1. O Conceito de deficiência e de Inclusão Escolar: sua história	9
2.2. As Bases Legais para a Inclusão escolar da pessoa com Deficiência no Brasil 13	
2.3. A Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ..	17
3. CAPÍTULO 2– Percurso Metodológico	20
3.1. Objetivos do Trabalho	20
3.1.1. Objetivo Geral.....	20
3.1.2. Objetivos Específicos	20
3.2. Metodologia.....	20
3.2.1. Os Participantes	21
3.2.2. O questionário	21
4. CAPÍTULO 3 – Sobre a Pesquisa	22
4.1. Resultados da Pesquisa.....	22
4.2. Discussão.....	25
4.3. Conclusão	30
5. Referências	33

1. INTRODUÇÃO

Educação para todos, cidadania, direitos iguais, todas essas palavras são aspirações que historicamente as pessoas lutam para garantirem frente as mazelas da sociedade atual. Tais palavras soam bonito, mas será que de fato elas acontecem como deveriam acontecer?

Seria muito bonito se realmente tudo se cumprisse assim como está previsto na constituição, mas a verdade é que a realidade costuma ser um pouco diferente. As políticas públicas ao estabelecerem suas ações, têm como diretriz atuar no combate às desigualdades ou a qualquer outra forma de exclusão ou negação dos direitos básicos que nos são atribuídos. Mas a partir do momento em que começamos a pensar sobre as pessoas com deficiência e da maneira com estes sujeitos vêm ao longo dos anos superando os limites que lhes são impostos, é imprescindível não questionarmos os princípios que sustentam essas valores.

O acesso, a permanência e o sucesso diante do processo escolar são desafios que necessitam ser superados e pensados. Em relação a pessoa com deficiência é necessário estabelecer medidas apropriadas para assegurar sua condição dentro do espaço escolar. As instituições, o estado e os município devem ter clareza diante disso, pensar a eficácia desse processo direciona pensar a prática do que se estabelece enquanto base legal.

Neste sentido, esta pesquisa surge com o objetivo de verificar os desafios do processo de inclusão de pessoas com deficiência nos espaços escolares no interior do Brasil, mais especificamente no município de Abaetetuba/PA. A ênfase dada parte principalmente do estudo relacionado ao atendimento disponibilizado nas escolas regulares, o que inclui as salas do AEE, e também ao trabalho realizado nas instituições especializadas não públicas.

Desse modo a pesquisa dividiu-se em dois instantes, a primeira etapa discutiu os conceitos teóricos sobre inclusão, processo histórico e legal do acesso da pessoa com deficiência nas unidades escolares e, também sobre o que se compreende a respeito de Educação Inclusiva, Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado.

Já a segunda etapa consistiu numa investigação prática a respeito do atendimento realizado nas escolas regulares, sobre o atendimento da sala do AEE e, principalmente da importância das instituições especializadas não pública que a partir das análises demonstrou estar sendo um dos mecanismos de maior eficácia em meio ao desenvolvimento dos alunos com deficiência no quesito de atendimento especializado.

Neste segundo momento o elemento utilizado para compor o levantamento de dado foi aplicação de um questionário direcionado a pais de crianças deficientes, tratando especificamente acerca do acesso à escola regular, do acompanhamento pedagógico, das instituições especializadas, do atendimento do AEE, e também sobre como o município subsidia neste processo, quais os recursos disponibilizados, os que faltam, dentre outros.

Estes dois momentos serviram de base para a elaboração do estudo. A princípio foi identificado alguns pontos cruciais e que precisam de atenção em meio ao pensar do processo de inclusão nas escolas, tão bem como, o processo adotado pelo município na elaboração de políticas públicas que visem tratar destes temas.

2. CAPÍTULO 1 – A evolução histórica e política do processo de inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar

2.1. O Conceito de deficiência e de Inclusão Escolar: sua história

A escola é o espaço onde o ser humano desenvolve e adquire capacidades fundamentais a sua vida. De acordo com a Constituição de 1988 é direito de todo cidadão ter acesso a uma educação de qualidade e gratuita, que possa contribuir de forma significativa com a aquisição de diversos conhecimentos, possíveis a serem utilizados diariamente na resolução de problemas.

No entanto, historicamente, a escola sempre promoveu grandes barreiras para aqueles taxados diferentes. O aluno com deficiência sempre esteve esquecido neste ambiente, sendo visto como inútil e sem capacidade de aprender, perpetuando uma ideia que se arrastou por muito tempo em nossa sociedade.

A palavra deficiência durante muito tempo esteve ligada a ideia de pessoas que não poderiam fazer parte da sociedade “normal” (GARCIA, 2011, p. 6), suas particularidades, dificuldades e características eram tidos como um conjunto de elementos que os impossibilitariam de conviver naturalmente estando sujeitos a rejeições em diversas áreas de suas vidas.

Apesar de nos primórdios da existência humana não se ter registros concretos de como era a vida das pessoas com deficiência, em muitas sociedades quando identificados, comumente o sacrifício ou a morte era tido como uma forma de piedade para estas pessoas. A estrutura das sociedades, desde os seus começos, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando e privando-os de liberdade, essas pessoas sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas.

Em Atenas, na Grécia Antiga, os recém-nascidos com alguma deficiência eram colocados em uma vasilha de argila e abandonados. Em Roma as leis não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência, aos pais era permitido matar as crianças com deformidades físicas pela prática do afogamento ou abandonavam seus filhos em cestos no Rio Tibre. No início da idade média, os deficientes físicos e mentais eram frequentemente vistos como possuídos pelo demônio e eram queimados como as bruxas.

Num contexto mais atual, segundo a Organização Mundial de Saúde, deficiência é o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica, diz respeito à atividade exercida pela biologia da pessoa.

A Lei nº 13.146 de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu artigo 2º;

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, s.p).

Para Ferreira (2017, p. 50);

São consideradas pessoas deficientes, as que se veem acometidas por deficiência física, auditiva, visual, mental ou múltipla, podendo ser assim considerados, também, os indivíduos com mobilidade reduzida, ainda que não se enquadrem nas definições trazidas pelas normas legais pertinentes de pessoas com deficiência (apud FÁVERO, 2004).

Com o passar dos tempos os debates em relação ao direito comum, sobre uma sociedade no qual todos os sujeitos possuem direitos iguais, baseada em um alinhamento de mundo em que a educação é a porta para uma mudança crítica na vida do indivíduo, tornou-se necessário repensar a causa dos deficientes, principalmente no sentido de garantir a eles acesso básico a todos os campos políticos, sociais e principalmente educacionais.

Atualmente, e de acordo com as leis que regulamentam e efetivam esse acesso à educação (CONSTITUIÇÃO DE 1988; LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996), todos os cidadãos independentemente de suas capacidades e especificidades, possuem direito garantidos a terem educação de qualidade e regular, assim como em qualquer outra modalidade de ensino, ou área da vida em sociedade.

Na perspectiva de inclusão, as políticas educacionais denotam principalmente a ideia de igualdade de direitos entre as pessoas, sublimam efetivamente a existência de uma educação que abrace a todos, sem discriminação, sem marginalizar, e que exclua as diferenças individuais.

Apesar da literatura apresentar uma discussão mais longínqua sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, é necessário destacar

que está discussão aponta principalmente um sentido amplo de inclusão, e não especificamente escolar.

Nos séculos XVI e XVII, as revoluções burguesas transformam o cenário político, religioso, econômico e científico. A relação humana com a deficiência toma um novo rumo: surgem tratamentos médicos e ações de desenvolvimento por meio de estímulos para as pessoas com deficiência em instituições, que funcionavam como asilos ou escolas especiais, geralmente de caráter assistencial e filantrópico, em que os internos recebiam abrigo, alimentação e instruções básicas para o trabalho, já que representavam mão de obra barata para o processo industrial que se instaurava nesse período. (FERREIRA, 2017, p. 22, apud ARANHA, 2005).

Após este período muitos debates tiveram importância em meio as discussões. A causa sobre os direitos dos deficientes esteve mais acentuada marcada principalmente por fatos legais e acontecimentos políticos no século XX, impulsionados pelo pós Segunda Guerra Mundial, pelos avanços científicos, e pelas mobilizações em prol dos direitos humanos.

Apesar de todo esse processo de constituição de direitos iniciados principalmente entre os séculos XVI e XVII, de acordo com Santos e Santos ([s.n.t.]) é somente no final do século passado que temos o surgimento de um fato que vem fundamentar este pensamento de maneira extremamente política e institucional que foi a elaboração da Declaração de Salamanca em 1994;

Este documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário, independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. A Declaração destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais. (SANTOS; SANTOS, [s.n.t.], p.6).

A declaração aponta para a necessidade de as escolas pensarem seus projetos educativos visando a adequação para com os indivíduos nelas matriculados, tendo como base para isso o artigo 11 da Declaração de Salamanca “o planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas”.

Dentro desta perspectiva, uma escola que vise a plena inclusão de todos os indivíduos não poderá em instante algum, omitir-se frente ao educando com deficiência, ou que necessite de um atendimento educacional especializado. Segundo a própria Declaração de Salamanca, em seu Artigo 1º, e referente a sua finalidade;

Nós, os delegados à Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, representando noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais, reunidos nesta cidade de Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos, pela presente Declaração, nosso compromisso com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de ser o ensino ministrado, no sistema comum de educação, a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais, e apoiamos, além disso, a Linha de Ação para as Necessidades Educativas Especiais cujo espírito, refletido em suas disposições e recomendações, deve orientar organizações e governos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1).

Com a criação da declaração crianças, jovens e adultos puderam ter garantia de acesso à educação de qualidade, isso por que houve a ampliação do conceito de deficiência, incluindo todos aqueles que não estão sendo beneficiados com a escola, seja por qual motivo for.

Uma das implicações mais significativas referente a criação desta declaração no cenário educacional, trata da necessidade de que todas as crianças devam permanecer juntas e que possam aprender juntas, independentemente de quais sejam suas dificuldades.

Este documento procurou deixar bem claro quais as implicações do processo inclusivo, suas especificações e principais conceitos que o diferenciam de integração. A fim de que todos os sujeitos tenham garantia de seus direitos, o documento assegura como dever dos governos legitimarem a existência da escola inclusiva, principalmente na perspectiva da educação especial.

Com isso, uma escola que se intitula inclusiva, deve integrar-se à comunidade como também apresentar um bom padrão em prestação de serviço, criar em seus docentes um sério sentimento de colaboração e cooperação com a instituição. Sempre adotar uma pedagogia de corresponsabilidade entre profissionais nas diversas instâncias educativas, criando assim um sistema interdisciplinar que venha a favorecer a aprendizagem dos alunos envolvidos nesse processo. (SANTOS; SANTOS, [s.n.t.], p. 7).

A Declaração de Salamanca, além de elencar institucionalmente diferentes medidas, mostra-nos também que existem formas de se ter sucesso a uma educação inclusiva e igualitária; assegurar estes direitos é um dever comum que perpassa por diversas faces da sociedade, cabendo a cada um de nós.

A inclusão aponta para um novo caminho, nele nossas decisões são tomadas na certeza dos direitos iguais e de escolha do ser humano. Uma sociedade inclusiva tem compromisso com as minorias e não apenas com a deficiência. Tem compromisso com elas e com sua diversidade e se auto-exige transformações intrínsecas.

É um movimento com características políticas, é a crença de que todos têm direitos de participar ativamente da sociedade, a inclusão vem para quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados.

A inclusão trás para a vida do deficiente a possibilidade de cumprir novos horizontes, de se sentir parte da sociedade, não “igual”, mas parte de um todo. As implicações do processo de inclusão em todo seu percurso podem ser percebidas em diversas instâncias da sociedade, porém a que mais nos chama atenção é na educação. A inclusão escolar (educação inclusiva) valoriza a diversidade, a cooperação e o respeito pelos que são diferentes (BRANDE; ZAANFELICE apud DOTA; ÁLVARO, 1991).

Durante muito tempo o homem tem evoluído, se aperfeiçoado, construído o novo, mas não são só as coisas materiais que mudam, conceitos, crenças, o modo de ver as pessoas e o mundo, isso implica em mudanças nas relações que estabelecemos com pessoas e com o próprio mundo. Por exemplo, a visão que se tem da mulher, na visão que se tem da criança ou no modo de ver as pessoas com deficiência.

No decorrer dos anos a pessoa com deficiência foi vista apenas com um olhar banal, caridoso, de pena, de acordo com a própria história, isso vem de muito tempo marcando sociedades antigas, e muito importantes para o momento em que chegamos.

Mas ao pensarmos a estadia de alunos com deficiência na modalidade regular de ensino, é impossível não reportamos as diversas circunstâncias que dificultam a sua permanência, bem como seu sucesso. Hoje é sabido que as políticas de inclusão buscam concretizar este acesso de forma que o aluno com deficiência possa gozar o processo de ensino e aprendizagem com garantias que respeitem suas capacidades, mas que ao mesmo tempo não o excluam do restante alunado.

2.2. As Bases Legais para a Inclusão escolar da pessoa com Deficiência no Brasil

Mesmo que a temática da preocupação com a educação de pessoas com deficiência não seja tão recente, é somente a partir da década de 80 que no Brasil

começasse a pensar políticas mais concretas em relação as aspirações destes sujeitos.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, p.129).

Com a elaboração da constituição de 1988 a educação ganha novos rumos em meio ao desenvolvimento do país. A expressão citada “direito de todos” implica profundamente na proposta educacional oferecida ao público de alunos com deficiência, sendo que a própria constituição em seu Art. 208 garante o acesso ao ensino para pessoas com deficiência, e preferencialmente da rede regular.

De todo modo em 1990 o Brasil participa da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien – Tailândia –, e coube ao país, como signatário da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a responsabilidade de assegurar a universalização do direito à Educação (KASSAR, 2011). Tendo em vista este fato, comprometer-se com a declaração equivale universalmente garantir que todos os sujeitos tenham o direito garantido a educação, e isso inclui os indivíduos com deficiência.

Já em 1994 o Brasil volta a participar de mais uma conferência com o propósito de discutir a necessidade de se manter políticas efetivas de cumprimento dos direitos coletivos sobre o acesso à educação, com base principalmente no processo de inclusão de pessoas com deficiência.

Desta vez na Espanha, na cidade de Salamanca, sobre o qual fica disposto a Declaração de Salamanca que traz consigo medidas fundamentais para a elaboração de um sistema de políticas públicas capaz de absorver as mais específicas aspirações sociais daquele período, e que ainda se concentram entre os mais eficazes movimentos em prol da educação inclusiva.

A partir deste instante histórico, mais que o comprometimento com o ensino aos deficientes, o Brasil passa a assumir responsabilidades de desenvolver mecanismo que possam assegurar que este aluno obtenha além de acesso à educação, sucesso em sua vida escolar.

Em 1996 com a promulgação da Lei nº 9.394, o direito da pessoa com deficiência de estar dentro da sala de aula entrelaçado com o processo de ensino e aprendizagem volta a ser legitimado.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, p. 19).

Em seus artigos 58, 59 e 60, a Lei nº 9.394 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) define educação especial, assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

Após a promulgação da LDB/96 o cenário nacional da pessoa com deficiência sofre uma constante reestruturação em suas bases, principalmente no quesito educacional, marcado pela criação de diversos instrumentos visando a garantia de direitos e acessos.

Dentre eles;

- A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.
- O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.
- A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

- Em 2004, o Ministério Público Federal divulga o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar 10 os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.
- O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.
- Com a finalidade de orientar a organização dos sistemas educacionais inclusivos, o Conselho Nacional de Educação – CNE publica a Resolução CNE/CEB, 04/2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica.
- O Decreto nº7084/2010, ao dispor sobre os programas nacionais de materiais didáticos, estabelece no artigo 28, que o Ministério da Educação adotará mecanismos para promoção da acessibilidade nos programas de material didático destinado aos estudantes da educação especial e professores das escolas de educação básica públicas.
- Ancorada nas deliberações da Conferência Nacional de Educação – CONAE/ 2010, a Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE, no inciso III, parágrafo 1º, do artigo 8º, determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios garantam o atendimento as necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

Promover e garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares é uma necessidade social, uma responsabilidade caracterizada por difundir ideais coletivos e solidários. Garantir o direito de inclusão na forma da Lei é o início formal para que qualquer preconceito possa ser identificado e combatido, é uma vitória dos diversos grupos de pressão que atuam nessa frente de defesa.

Multiplicar a cultura de inclusão a fim de garantir que todos os sujeitos sejam respeitados em um patamar de igualdade para o exercício diário dos seus direitos requer colocar em vigor os diversos instrumentos legais criados ao longo dos anos e que esclarecem conceitos, direitos e particularidades.

2.3. A Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Diferente de Educação Inclusiva, porém desenvolvida dentro desta perspectiva de inclusão, a Educação Especial se apresenta como uma modalidade de atendimento especializado de apoio e complementar ao processo de escolarização regular (BALIEIRO, 2017, p.11).

A educação especial surge como parte da inclusão, porém num atendimento específico para pessoas com deficiências em uma sala especializada, de preferência na mesma escola em contra-turnos, o que chamamos de sala de AEE (atendimento educacional especializado) (BALIEIRO, 2011, p.11).

Num contexto mais amplo, a Educação Especial denota principalmente o reflexo de aspirações negadas durante séculos ao aluno com deficiência. Esta etapa do processo de ensino e aprendizagem pode representar um sistema de apoio muito significativa a permanência dele na rede regular, além de proporcionar instrumentos didáticos capazes de contribuir potencialmente com a eficácia da sua vida escolar.

A proposta de inclusão baseada no modelo da educação especial, mantém em prática a necessidade de manter o aluno com deficiência dentro da rede regular, possibilitando que em sua vida escolar, ele possa gozar livremente de direitos e deveres, sem diferenciação de capacidades, particularidades e limitações.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (BRASIL, 2008, p. 13).

O AEE complementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncional.

Segundo Mantoan, Santos e Figueiredo (2010), são atendidos, nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008.

- Alunos com deficiência: aqueles [...] que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. (MEC/SEESP, 2008).
- Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (MEC/SEESP, 2008). (MANTOAN, SANTOS E FIGUEIREDO, [s.n.t.], p. 16).

A matrícula nas salas do AEE é condicionada a da rede regular, podendo ser o aluno atendido em qualquer instituição pública de ensino ou da rede privada sem fins lucrativo. A proposta da educação especial atrelada ao atendimento educacional especializado soma importantes perspectivas para os alunos com deficiências, possibilidades estas que se estendem para muito além do ensino dos currículos escolares.

A garantia do acesso à escola regular, reflete lutas construídas historicamente por muitos sujeitos, e que além de estarem em constante aperfeiçoamento necessitam contextualizar a realidade dos alunos. A luta principal do o AEE está na possibilidade de garantir que todas as necessidades educacionais específicas dos educandos possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos.

No atendimento da sala de recursos multifuncional o professor tem a possibilidade de fazer a identificação das principais dificuldades que seu aluno enfrenta no contexto educacional comum e que o impedem de acompanhar o restante da turma. Identificar tais dificuldades também proporciona ao professor saber sobre as habilidades do seu aluno, é importante compreender e valorizar tudo o que o aluno

traz junto de si, sendo assim o professor poderá realizar pesquisas, formular métodos, instrumento e estratégias pensadas didaticamente em vista da ampliação das possibilidades de desenvolvimento deste aluno.

A sala do AEE é considerada o espaço ideal para que o aluno com deficiência possa se desenvolver, aprenda utilizar ferramentas, estimule suas habilidades, supere limites e ative meios para atuar no contexto social. As salas de recursos multifuncionais são pensadas e planejadas especialmente para aquilo que o aluno necessita tanto didaticamente quanto fisicamente. Os mobiliários, os recursos e os equipamentos presentes ali, precisam estar contextualizados com a necessidade do aluno público da Educação Especial.

Inicialmente é responsabilidade dos órgãos municipais manterem a organização deste espaço, no entanto na realidade do ambiente escolar é a gestão em parceria com o professor que cuidam da administração, manutenções básicas, além de efetuarem pedidos de novos materiais, recursos e demais itens quando necessário, por meio de ofícios na forma legal.

Nesta função o professor precisa esclarecer e considerar competências suficientes para desenvolver intervenções pedagógicas e comunicativas, pois os alunos atendidos podem possuir varadas deficiência. É necessário que ele tenha clareza durante a organização de todas as suas atividades, o ensino que deve ser oferecido nas salas do AEE deve se diferenciar e caracterizar-se em relação ao ensino nas turmas comuns do regular, o aluno com deficiência precisa de ações diferenciadas e para isso o professor deve fazer acontecer.

Apesar de necessário trabalhar por meio de ações diferenciadas não se deve esquecer que o aluno do AEE também faz parte da rede regular. A articulação entre estes dois espaços também faz parte do conjunto de medidas que devem estar pensadas, assim, diante da competência profissional, da articulação entre sala regular e sala do AEE, da suficiência pedagógica, administrativa e mobiliária, considera-se imprescindível que os alunos frequentem o atendimento especializado, principalmente tendo em vista as múltiplas possibilidades do seu desenvolvimento e do processo de inclusão.

3. CAPITULO 2– Percurso Metodológico

3.1. Objetivos do Trabalho

3.1.1. Objetivo Geral

- Analisar a maneira como vem ocorrendo o processo de inclusão de alunos com deficiências nas escolas do interior do Brasil, no município de Abaetetuba/PA

3.1.2. Objetivos Específicos

- Identificar o perfil educacional do grupo e das crianças alvo.
- Averiguar como a instituição trabalha a inclusão de alunos com deficiência.
- Identificar fatores que justifiquem a escolha dos pais por optarem que seus filhos façam atendimento nas instituições especializadas.

3.2. Metodologia

O referido estudo trata de uma pesquisa descritiva de cunho qualitativo, com base em análises feitas a partir de abordagens teóricas e também de uma investigação de campo em instituições públicas da rede municipal de Abaetetuba/PA.

No desenvolvimento da pesquisa e como instrumentos de coleta de dados foi utilizado um efetivo levantamento teórico somado a aplicação de um questionário aos pais com perguntas abertas referentes as políticas de inclusão do município, sobre as instituições, os motivos que justificam a escolha pela instituição, vantagens, desvantagens, além de observações, registros fotográficos, documentais e conversas informais.

A base principal para a pesquisa foram as análises feitas a partir dessa investigação com os pais, e também por meio das experiências adquiridas ao longo das vivências dos estágios com professores e gestão de instituições especializadas no atendimento de pessoas com deficiência. Os pressupostos do estudo seguem uma linha baseada em investigações específicas sobre os principais motivos que levam os pais a optarem pelo atendimento nas instituições especializadas, além da identificação

de práticas pedagógicas efetivas ao trabalho de inclusão e que possam servir como instrumento para outros profissionais da área.

3.2.1. Os Participantes

Os pais dos alunos. Estes sujeitos foram a base para a elaboração da pesquisa, um dos pressupostos mais relevante e que buscaremos abordar é a, identificação dos motivos que levam os pais a optarem que seus filhos façam o atendimento nas instituições especializadas.

3.2.2. O questionário

De acordo Klassmann apud Marconi e Lakatos (2009, p.167) a coleta de dados é a “etapa da pesquisa que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta de dados previstos”.

A aplicação do questionário (anexo A) foi escolhida como instrumento de maior eficácia no levantamento de dados e de informações. A busca por tentar identificar a maneira como o pais avaliam e consideraram a importância das instituições especializadas em meio ao processo de formação dos seus filhos, e também sobre o que consideram como inclusão, nos direcionou a necessidade de efetuarmos análises específicas acerca de cada tema.

4. CAPITULO 3 – Sobre a Pesquisa

4.1. Resultados da Pesquisa

Para definirmos melhor uma visão crítica e contextualizada a respeito do processo de inclusão da pessoa com deficiência, considerando principalmente aspectos educacionais, [...] não espera-se meramente um espaço instrutivo, mas sim uma escola com função educativa, direcionadas às massas e não só as elites (ALEXANDRE, 2010 apud ALVES, 2009 p. 15).

Uma escola que se intitula inclusiva, deve integrar-se à comunidade como também apresentar um bom padrão em prestação de serviço, hoje as políticas governais discutem amplamente a efetivação de muitos direitos essenciais a vida da pessoa com deficiência, mas não precisamos de muito para observarmos que tais ações quando relacionadas a prática ainda deixam muito a desejar.

É necessário que todas as instâncias da atual sociedade adotem uma pedagogia comprometida, com responsabilidades mútuas, que possua como base um sistema interdisciplinar que favoreça a superação de limites físicos e psicológicos, com atitudes diferenciadas e que englobem as maças marginalizadas.

A partir da utilização do questionário foi possível verificar as principais questões que envolvem os pais de crianças com deficiência sobre as políticas de inclusão adotada pelo município de Abaetetuba/PA. Neste sentido foi possível identificar as múltiplas circunstâncias que tornam possível o processo de entrada, permanência e sucesso destes alunos tanto na escola regular como nas instituições de atendimento especializado.

Hoje muitas questões tornam-se entraves frente um processo de inclusão concreto, é preciso que os discursos não se limitem apenas ao campo teórico das ações. As políticas que legitimam tal inclusão devem se concretizar diariamente, não sendo apenas um aparato legal do estado frente uma ideologia de assistencialização e de garantia de direitos para com as pessoas com deficiência.

Tratando da aplicação dos questionários, oito pessoas fizeram parte da investigação, todos pais de alunos com deficiência e, moradores da cidade de Abaetetuba/PA. Os questionários foram enviados via WhatsApp, num modelo do

google que é respondido via link, os pais responderam dos seus próprios aparelhos, o que tornou a investigação extremamente imparcial em relação ao pesquisador.

A primeira intenção foi de verificar o quantitativo de sujeitos que fazem parte da rede regular de ensino, dos 8 participantes, 7 afirmaram que seus filhos frequentam a rede regular e apenas 1 informou que não. Tendo em vista que quase todos os sujeitos estão matriculados na rede regular é possível verificar que o município legitima a oferta do ensino regular a todos as crianças, inclusive as que possuem deficiências.

No entanto, observando apenas por aspectos quantitativos não podemos afirmar que o processo de entrada na rede regular signifique que a escola e/ou o município estão cumprindo com o processo de inclusão, sendo a princípio correspondente apenas a oferta de matrícula.

O segundo questionamento teve como critério saber quais destas escolas possuem o atendimento especializado. Com base nas discussões já efetuadas sobre o sistema de atendimento especializado, dos 8 entrevistados apenas 4 informaram que a escola que seus filhos frequentam disponibilizam este atendimento, os outros 4 informaram que as escolas não possuem.

Tendo em vista o processo histórico de constituição de um sistema integrado de inclusão escolar, o atendimento educacional especializado se faz presente na modalidade da Educação Especial como um recurso fundamental para que os alunos complementem sua atividade escolar em vista do seu desenvolvimento integral, através principalmente da utilização de materiais específicos e demais instrumentos que fundamentam o trabalho pedagógico.

Como verificado em meio as respostas, apesar do município manter a oferta de matrícula nas escolas regulares, nem todas possuem o atendimento especializado. Em muitas situações este quadro se justifica pelas insuficiências organizacionais como infraestrutura e a falta de profissionais qualificados. Esse fato corrobora uma problemática muito comum na vida destes alunos, pois nestes casos é necessário que o atendimento especializado seja realizado em outra escola, o que gera inúmeras circunstâncias prejudiciais, as mais comuns são transportes apropriados para aqueles que moram longe, a necessidade de um adulto para acompanhar neste outro momento, dentre outros.

Após o levantamento deste segundo quantitativo, o estudo buscou observar qual desses sujeitos haviam buscado atendimento especializado em outra instituição, neste caso dentre os 8 envolvidos 6 informaram que seus filhos frequentam outra instituição, e apenas 2 não frequentam. Um fato muito importante a se observar é que todos os 6 envolvidos informaram que seus filhos frequentam a Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Mello, que é considerada uma referência no trabalho com crianças deficientes no município.

Indo adiante, outra questão que o estudo buscou investigar trata do processo de descoberta da deficiência dos filhos. Em meio ao desenvolvimento de crianças com deficiência a participação familiar é fundamental, pois torna-se a base para que todo o processo escolar se concretize. Dentre o que buscamos entender, se relaciona a idade em que o diagnóstico foi dado e também sobre os possíveis sujeitos que tiveram participação durante o processo de aceitação em relação aos pais.

De modo geral, a média dos dados informados ficou entre 1 e 4 anos de idade em relação a descoberta, e todos os sujeitos envolvidos relataram fundamental importância da participação médica, dos familiares, dos professores da escola regular, dentre outros. Todos relacionaram o processo de aceitação com o sentimento de amor de cada um, apesar de que muitas mudanças tenham sido necessárias.

Seguindo com as análises, o item foi em relação aos serviços que município oferece, principalmente em relação ao atendimento médico das crianças. Dois sujeitos responderam que o município oferece somente o acesso à escola regular, 1 sujeito respondeu que nenhum e os outros 5 informaram que apenas alguns, tais como; transporte gratuito quando necessário, atendimento pedagógico especializado e atendimento médio especializado, sendo que o tempo de espera em média é de 6 meses, segundo informado pelos pais.

Já em relação aos serviços que o município não oferece, foi citado principalmente terapia ocupacional, fonoaudiólogo, consultas especializadas, clínico neurologista, terapias e a realização de alguns exames. Dentre as pessoas envolvidas 2 informaram que quando necessitam destes atendimentos vão até Belém, já os outros 6 procuram na rede privada.

Seguindo com as observações o estudo buscou investigar um pouco sobre o atendimento realizado nas instituições especializadas não públicas. Dentre os motivos mais comuns citados pelos, foi levado em consideração profissionais mais bem qualificados, maior atenção no desenvolvimento das atividades dos seus filhos, estrutura física adequada, melhor acompanhamento familiar, e também por oferecerem atendimento médico especializado, pedagógico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiólogo, dentre outros.

Dentre os envolvidos, os pais que possuem filhos dentro destas unidades não públicas, relataram que as vantagens são bem visíveis em relação ao atendimento realizado nas escolas comuns. Este fato nos leva a perceber que apesar do município disponibilizar o cesso a rede regular, as políticas de inclusão ainda não se demonstram totalmente efetivadas. Sobre isso, grande parte dos pais procuram atendimento especializado em outras instituições a exemplo da Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Mello que vem desenvolvendo um trabalho muito importante dentro do município no atendimento com crianças deficientes.

4.2. Discussão

Com base na escolha do tema sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência nas instituições do município de Abaetetuba/PA, é imprescindível não nos reportarmos ao modelo político que vem sendo adotado pelo governo nos últimos anos. É fundamental que levemos em consideração que o desenvolvimento dos alunos com deficiência depende amplamente da estimulação precoce, específica e educativa.

Com base nas análises feitas a partir dos questionários identificamos que o município atualmente cumpre com a oferta de matrícula nas escolas regulares para as crianças com deficiência, no entanto nem todas estas escolas disponibilizam o atendimento especializado. Outro fator muito preocupante e que não se delimita apenas ao município em questão, trata da estrutura física dos espaços escolares, e também do que vem se propondo enquanto “processo de inclusão”.

Um dos fatores mais apontados nos questionários e que justificam a escolha pelo atendimento especializado em instituições não públicas, faz relação com as questões básicas que norteiam o trabalho com alunos deficientes, profissionais bem

qualificados, estrutura adequada, espaços de convivência entre família e escola, além da garantia de atendimento médico e pedagógico especializado,

Como critério territorial o município de Abaetetuba é considerado por três tipos de populações, as que vivem na cidade (zona urbana), os que residem nas estradas e ramais (zona rural), e aqueles que moram na zona ribeirinha (ilhas – zona rural). Pesando nisso e diante do fato de que muitas crianças deficientes moradoras da zona rural (estradas e ramais, ilhas) estavam fora da escola ou apenas recebendo atendimentos esporádicos nas instituições especializadas, na perspectiva de educação especial, em 2009 a Coordenação de Educação Especial/SEMEC com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008/MEC organizou o Projeto Professor Cuidador, que segundo Balieiro (2017) [...] possuía como objetivo geral promover a permanência e o sucesso de alunos com deficiência na escola regular, efetivando os princípios básicos da inclusão educacional.

Diante de todo o quadro e das perspectivas de inclusão, o projeto professor cuidador concretizou muitas lutas em relação não somente a entrada de alunos na rede regular, mas também um sistema que efetivasse a permanência e seu sucesso. O projeto era desenvolvido a partir do acompanhamento individual de um profissional capacitado para atuar em atividade com o aluno deficiente dentro da turma regular.

Este projeto foi tão bem aplicado que em 2013 ganhou a quarta edição do prêmio Inovação no quesito Gestão Pedagógica juntamente com, Caxias do Sul – RS e Joinville – SC (BALIEIRO, 2017, p.13). Contextualizando o marco atual de políticas públicas e também em relação ao estudo, o desenvolvimento do projeto professor cuidador ainda em 2009 começou a verificar a necessidade de garantir aos alunos deficientes não somente o acesso à escola regular, mas também garantias enquanto a sua permanência e principalmente em relação ao seu sucesso diante do processo de ensino e aprendizagem.

O projeto professor cuidador veio sendo desenvolvido desde então, pautado na necessidade de promover a inclusão de todos os alunos, para isso o trabalho de acompanhamento veio se aperfeiçoando, ganhando novos sentidos e também mobilidade dentro do sistema educacional. Atualmente o Professor Cuidador é restrito apenas a alunos diagnosticados com autismo, isso por quê, de acordo com o estatuto

da pessoa com deficiência, e determinado no seu inciso XIII do Art. 3º que “o apoio escolar é o apoio em atividades de alimentação, cuidados pessoais e locomoção, bem como na inclusão pedagógica”.

Neste sentido, atualmente o município atende estas normas, O Profissional de Apoio Escolar vem atuando nas escolas municipais auxiliando e acompanhando os alunos com deficiência em todas as etapas do seu dia, exatamente como intitulado no recorte acima. O foco principal da função não é de servir como assistente do professor titular, mas sim facilitar a acessibilidade do aluno, sua inserção na sala de aula e também nos demais espaços do ambiente escolar.

Desse modo o município surge novamente no sentido de legitimar a garantia de direitos das pessoas com deficiência, hoje muitas escolas contam com a presença deste profissional o que traz significativas esperanças enquanto melhorias na manutenção do sistema de inclusão nas escolas regulares. Balieiro (2017) afirma que a presença de profissionais deste tipo dentro do ambiente escolar é;

[...] fundamental ao acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais na escola, antes a dificuldade em acompanhar o ritmo das aulas decorrente de seus déficits e deficiências, agora podem ser minimizados e superados pelo conjunto organizado de metodologias, materiais adaptados, recursos individuais dentre outras ações (BALIEIRO, 2017, p. 14).

Levando em consideração todos os fatos já citados até aqui, pensar a ação destes projetos nos remete a acreditar que a educação de fato pode se fazer inclusiva a partir do momento em que todos os sujeitos envolvidos cumpram com as suas obrigações. É dever do estado não apenas pensar os instrumentos, mas também garantir que de fato isso aconteça.

Tendo como exemplo o município de Abaetetuba/PA o projeto do Profissional de Apoio Escolar tem sido de fato ampliado para a prática, mas ainda deve-se melhorar estrutura-lo no sentido de garantir que estes profissionais sejam remunerados corretamente, que tenham condições para desenvolverem suas atividades e que as escolas possam subsidiá-los tanto pedagogicamente como fisicamente.

Sobre as instituições de atendimento especializado

No município existem algumas instituições de atendimento especializado, as escolas regulares contam com as salas do AEE – Sala de Recursos Multifuncional, no

entanto alguns pais optam por seus filhos terem este atendimento em outras unidades, algumas não públicas e outras parcialmente vinculadas ao município.

Como evidenciado nos questionários 6 das pessoas que foram entrevistadas informaram que seus filhos recebem atendimento em unidades especializadas não vinculadas a escola regular. Em Abaetetuba existem algumas dessas instituições, umas são bem conhecidas, outras nem tanto, dentre elas podemos citar a APAE, a Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Mello, a AME e alguns hospitais.

A escolha por este atendimento em unidades não vinculadas, trata principalmente pela insuficiência dos espaços escolares, o que inclui também as salas do AEE. Em meio ao desenvolvimento dos alunos com deficiência é preciso que haja intervenções eficazes. É importante observarmos que nestas unidades não se objetiva apenas o ensino escolar, mas também o desenvolvimento motor, emocional, psicológico, social, e etc.

A exemplo da Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Mello, tendo como base as vivências adquiridas no período do estágio supervisionado enquanto pesquisador, foi possível identificar um trabalho muito singular em meio ao desenvolvimento dos alunos. As atividades desenvolvidas tratam de forma específica o que cada educando precisa, este modelo de intervenção gera resultados muito amplos, já que parte de um processo múltiplo e contextualizado.

Alexandre (2010) afirma que é fundamental que haja clareza enquanto processo de intervenção em meio ao trabalho com alunos deficientes. Mas para que se pense em intervenções corretas é preciso que se tenha profissionais qualificados capazes de identificar situações, problemas e soluções. Uma das mazelas mais acentuadas dentro da educação especial é a qualidade dos profissionais que se dispõem a trabalhar com estes alunos.

O município vez outra oferece cursos de qualificação para os profissionais vinculados a educação especial, no entanto é mais comum a procura em instituições privadas, fato este que também gera preocupações tendo em vista a procura por certificações em vez de qualificação. Atualmente a Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Mello atende alunos com variadas deficiência, o

trabalho desenvolvido enxerga o que os pais esperam para os seus filhos e, sobretudo, em relação ao que as salas do AEE não conseguem efetivar.

Sendo assim, a partir de todos os dados verificados até aqui, podemos entender que o município falha em garantir profissionais e estruturas adequadas para a completa inclusão. Uma das coisas interessantes que precisa ser discutido é que muitas vezes as políticas públicas pensam em inclusão unicamente como viés de educação escolar (escolarização). Com isso acabam colocando as pessoas com deficiência nas salas de aula regular da maneira mais adequada possível (e daí vem o pioneirismo da Abaetetuba com o professor cuidador), mas em outros aspectos (inclusive na sala de AEE) falham. Daí vem a importância dessas instituições (não públicas) que garantem todos os serviços principalmente as famílias de baixa renda.

Dessa maneira, em municípios como Abaetetuba (longe dos grandes centros e majoritariamente de renda baixa) toda pessoa com deficiência utiliza os serviços dessas instituições para ter seu processo de inclusão completo. Tratando de maneira geral, é necessário que o município amplie largamente o que se pretende buscar enquanto processo de inclusão, como mencionado anteriormente, não podemos aceitar que as políticas públicas contemplem este conceito apenas como uma vertente do processo de educação escolar.

Apesar de muito termos avançado nesta caminhada ainda precisamos estabelecer melhores condições de vida, e isso inclui fazer valer um processo de inclusão em que todos estejam pensados, a exemplo de hoje, o município trabalha sobre a questão da inclusão na escolar regular, no entanto, não disponibiliza espaços adequados que cumpram com as necessidades das pessoas com deficiências.

Muitos dos sujeitos relacionados na pesquisa, tratam de uma carência latente no quesito médico, de profissionais especializados, de clínicas gratuitas que possam oferecer os serviços necessários, de acompanhamento familiar, de supervisão pedagógica suficiente, atitudes que cumpram com o que está previsto na lei, e não apenas camufle os problemas.

4.3. Conclusão

Tendo em vista os caminhos percorridos ao longo do estudo, principalmente no sentido do que se propõe enquanto processo de inclusão, necessita-se questionar a maneira como as políticas públicas estão sendo aplicadas no contexto social. Hoje muitas são os discursos que empunham o que os menos favorecidos buscam acreditar, mas apesar de tanta teoria, na prática nem sempre se vê aquilo que esperamos.

A inclusão é um processo necessário e que deve privilegiar o papel de todos os sujeitos. Todos temos os mesmos direitos não se faz preciso elencar divisões ou padrões que nos diferencie uns dos outros, no entanto para a real inserção devemos garantir que algumas particularidades sejam respeitadas, o que nos refere a pensar sobre as pessoas com deficiência.

Como verificado inicialmente, legalmente todos os sujeitos possuem direitos iguais, isso inclui também aqueles com deficiências ou qualquer outro tipo de necessidade especial, sobre isso também foi verificado que existem aparatos legais pensados especialmente para estas pessoas, e que legitimam de fato as diversas garantias que o estado nos oferece.

No entanto ao nos reportarmos para a realidade em que vivemos logo percebemos que ainda existem diversos entraves que perpetuam desigualdades em nosso meio. Pensar a questão das pessoas com deficiência requer cuidado e principalmente criticidade em meio as questões. O estudo aqui desenvolvido objetivou ir de encontro com a realidade de pessoas que enfrentam diariamente estes problemas, efetivar a inclusão requer questionar o quanto estamos trabalhando em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Tendo como base as análises feitas, o diagnóstico do modelo adotado pelo município em relação ao processo de inclusão dos alunos, ainda se mostra em processo de construção. Foi verificado a existência da oferta de matrícula para os alunos na rede regular, no entanto o atendimento especializado ainda não tornou-se um realidade para todos.

Mesmo nas escolas que possuem o AEE é rotineiro os pais procurarem vagas para o atendimento dos seus filhos em outras instituições. Como exemplificado

anteriormente, 6 de 8 entrevistados afirmaram que o atendimento das escolas regulares ainda não se faz efetivo, o que os levou a procura por outras instituições não públicas.

O município em questão vem trabalhando por meio da existência de projetos complementares e pertencentes a rede regular, principalmente no acompanhamento individual de alunos com deficiência dentro das escolas. No entanto, é sabido que estes projetos ainda necessitam de melhor estruturação, principalmente em função da melhoria da qualidade de trabalho e de recursos para os envolvidos na escola.

Com base nestes aspectos, é citado abaixo alguns itens que devem ter maior atenção em meio a organização municipal, principalmente da secretaria de educação - SEMEC/Coordenação de educação especial:

- ✓ Ampliar o uso de tecnologias na educação especial
- ✓ Incentivar a produção acadêmica sobre o trabalho volta par a educação especial
- ✓ Promover a formação continuada e especifica dos profissionais envolvidos na educação especial
- ✓ Ampliar a oferta do AEE para as escolas de zona rural
- ✓ Incentivar o trabalho inovador dentro das escolas
- ✓ Subsidiar financeiramente e qualificadamente a Sala de Recursos Multifuncional existentes
- ✓ Valorizar o trabalho dos professores
- ✓ Melhor elaborar o desenvolvimento dos projetos de acompanhamento pedagógico dentro das escolas
- ✓ Considerar o modelo utilizado nas instituições não públicas de atendimento especializado

Verificar tais iniciativas pode complementar amplamente a qualidade do ensino oferecido nas escolas regulares e também nas de atendimento especializado. É fundamental que as políticas municipais estabeleçam medidas apropriadas para assim assegurar o poio e, para que não haja prejuízo em relação as pessoas com deficiência.

Assim, ao pensarmos sobre inclusão devemos a imagina-la não como o reverso de exclusão, mas sim como um instrumento pelo qual os diversos sujeitos se completam, modificam e se ampliam, respeitando suas capacidades, diferenças e

potencialidades, um processo de modificação da organização social com respostas eficazes e alternativas.

5. Referências

- ALEXANDRE, Joana Margarida Dias. **A criança com autismo: os desafios da inclusão escolar**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010.
- BALIEIRO, Maria De Nazare Vasconcelos. **A função do professor cuidador e o processo de inclusão**. Ibicarai-Ba: Faculdades Montenegro, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF1998)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- _____. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009.
- _____. **Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Brasília: 1996.
- _____. **Lei nº 13.146 de 6 de Junho de 2015**. Brasília: 2015.
- _____. **Educação Especial: História, Etiologia, Conceitos e Legislação Vigente**. Brasília: 2017.
- BRANDE, Carla Andréa Brande. ZANFELICE, Camila Cilene. **A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens**. Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>
- FERREIRA, Roberta Flávia Alves. **Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista, na educação infantil: O desafio da formação de professoras**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir. In Revista pedagógica Inclusão, **Revista da Educação Especial**. V.5, nº2, jul/dez. 2010 ISSN1808-8899 (p.32 a 38).
- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. Santa Catarina: **Revista Brasileira de Educação**. V. 8, n. 52, jan/marc. 2013.
- KLASSMANN, Liane Maria Grigolo. **O Lúdico no Processo de Aprendizagem de Crianças da Educação Infantil**. 2013. 36 páginas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva de educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Curitiba: **Educar em Revista**. n. 41, jul/set. 2011.

SANTOS, Alex Reis dos. SANTOS, Roberta Gabriele de Menezes. **Educação inclusiva e a Declaração de Salamanca.** [s.n.t].

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da acção.** Salamanca: 1994.